

OFICINAS COM FAMÍLIAS PAIF: Projeto “Elos com Elas”

PAIF FAMILIES WORKSHOPS: the Project “Elos com Elas”

TALLERES CON FAMILIAS PAIF: el Proyecto “Elos com Elas”

Camila Bittencourt da Fonseca Maia¹

Sílvia Rosângela da Silva Ribeiro de Queiróz²

RESUMO: Este artigo analisa os limites e possibilidades do empoderamento e emancipação de mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo CRAS Canguru, através do Projeto “Elos com Elas – Oficina com famílias PAIF”. A pesquisa fundamenta-se em autores como Paulo Freire, Fadul e Afonso, e Zanello, adotando duas abordagens metodológicas: revisão bibliográfica e estudo de caso qualitativo com mulheres participantes das Oficinas PAIF. A perspectiva freiriana serve como base teórica, destacando a conscientização crítica e a educação como meios de libertação. O estudo investiga como os princípios freirianos podem ser aplicados no contexto do SUAS, utilizando as Oficinas PAIF como instrumento para a transformação social. A partir da análise, observa-se que, apesar das barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade — como desigualdades sociais, econômicas e institucionais —, as oficinas promovidas pelo PAIF contribuem significativamente para o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de consciência crítica e construção de autonomia. O artigo conclui que, mesmo com desafios, o PAIF representa uma potente ferramenta de intervenção social, capaz de promover processos de empoderamento e emancipação feminina, possibilitando a transformação das condições de vida dessas mulheres e o enfrentamento das vulnerabilidades às quais estão expostas.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade Social. Oficinas PAIF. Emancipação Feminina. Sistema Único de Assistência Social. Direitos Humanos das Mulheres.

ABSTRACT: This article analyzes the limits and possibilities of the empowerment and emancipation of women in situations of social vulnerability assisted by the CRAS Canguru, through the project “Elos com Elas – Workshop with PAIF Families.” The research is based on authors such as Paulo Freire, Fadul and Afonso, and Zanello, adopting two methodological approaches: a literature review and a qualitative case study involving women participating in the PAIF workshops. The Freirean perspective serves as the theoretical foundation, emphasizing critical consciousness and education as a practice of freedom. The study explores how Freirean principles can be applied within

¹ Bacharel em Psicologia pela UFMS. Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental pelo ITCC. Pós-graduação em Psicologia Social pela Faculdade Prominas. Pós-graduada em Direitos Humanos das Mulheres e Políticas Públicas pela INSTED. Servidora pública municipal de Campo Grande/MS. E-mail: camilabittencourtmaia@gmail.com.

² Bacharel em Serviço Social pela UCDB. Especialização em Gestão Avançada de Recursos Humanos pela UCDB e Instituto Nacional de Pós Graduação INPG. Pós-graduada em Direitos Humanos das Mulheres e Políticas Públicas pela INSTED. Servidora pública municipal de Campo Grande/MS. E-mail: silviar.srq@gmail.com.

the context of the SUAS, using PAIF Workshops as an instrument for social transformation. The analysis shows that, despite structural barriers faced by women in vulnerable situations—such as social, economic, and institutional inequalities—the workshops promoted by PAIF significantly contribute to the strengthening of social bonds, the development of critical awareness, and the construction of autonomy. The article concludes that, even in the face of challenges, PAIF represents a powerful tool for social intervention, capable of promoting processes of female empowerment and emancipation, enabling the transformation of these women's living conditions and helping them to confront the vulnerabilities to which they are exposed.

KEYWORDS: Social Vulnerability. PAIF Workshops. Female Emancipation. Unified Social Assistance System. Women's Human Rights.

RESUMEN: Este artículo analiza los límites y posibilidades del empoderamiento y la emancipación de mujeres en situación de vulnerabilidad social atendidas por el CRAS Canguru, a través del proyecto "Elos com Elas – Taller con familias PAIF". La investigación se fundamenta en autores como Paulo Freire, Fadul, Afonso y Zanello, y emplea dos enfoques metodológicos: revisión bibliográfica y estudio de caso cualitativo con mujeres participantes de los talleres del PAIF. La perspectiva freireana constituye el marco teórico central, resaltando la concienciación crítica y la educación como prácticas liberadoras. El estudio examina cómo estos principios pueden aplicarse en el contexto del SUAS, utilizando los talleres del PAIF como herramienta de transformación social. Los resultados indican que, a pesar de las barreras estructurales —como desigualdades sociales, económicas e institucionales—, las actividades promovidas por el PAIF fortalecen vínculos comunitarios, fomentan la conciencia crítica y favorecen la autonomía de las participantes. Se concluye que el PAIF es una valiosa estrategia de intervención social, con potencial para promover procesos de empoderamiento y emancipación femenina, contribuyendo a la mejora de las condiciones de vida de las mujeres y al enfrentamiento de las múltiples vulnerabilidades que las afectan.

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidad Social; Talleres PAIF; Emancipación Femenina; Sistema Único de Asistencia Social; Derechos Humanos de las Mujeres.

INTRODUÇÃO: Projeto "Elos Com Elas" como Oficina PAIF

Ainda existe certa confusão entre "oficina com famílias do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)" e um determinado tipo de "oficina de trabalhos manuais", embora ambas sejam utilizadas como recursos de intervenção dentro da Política de Assistência Social, especificamente na Proteção Social Básica. Todavia, é necessário salientar que cada uma possui um propósito individual.

As oficinas de trabalhos manuais são estratégias de fortalecer o vínculo entre os usuários do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), estimulando potencialidades e habilidades artesanais, podendo ocorrer no espaço

deste equipamento, desde que estejam relacionadas a processos reflexivos sobre temas ligados a demandas do território, e atinjam objetivos do PAIF.

Já quanto às oficinas voltadas para as famílias do PAIF, tratam-se de espaços para abordar temas relevantes com um grupo de famílias, com o intuito de promover o fortalecimento de sua função protetiva, bem como os laços entre seus integrantes e com a comunidade.

Nesse sentido, o Projeto “Elos com Elas” buscou convidar mulheres em situação de vulnerabilidade, as quais residem no território de abrangência do CRAS Canguru, em Campo Grande/MS, para participar de Oficinas Socioeducativas, com atividades voltadas à orientação sobre o feminismo, apresentando temáticas diante das quais se pudesse discutir e repensar o papel da mulher periférica na sociedade.

A presente pesquisa utilizou como metodologia, num primeiro momento, a revisão de literatura sobre o contexto do empoderamento feminino por meio do desenvolvimento e oferta de serviços da Política de Assistência Social, mais precisamente, dentro da Proteção Social Básica.

Utilizou-se ainda, a abordagem metodológica qualitativa (estudo de caso), embasada na pedagogia problematizadora de Paulo Freire, a qual possui ação transformadora, servindo à libertação, realizando a superação e reafirmando a dialogicidade como essencial no cenário educativo (Freire, 2011).

No decorrer do artigo é apresentado o histórico da Política de Assistência Social, trazendo o PAIF como ferramenta de destaque nas intervenções sociais efetivas que promovem a emancipação e autonomia de famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, são descritas as especificidades das Oficinas com Famílias – PAIF.

Ademais, tratamos das limitações e das possibilidades de se intervir socialmente em grupos com mulheres em situação de vulnerabilidade social, que foram identificadas no decorrer deste projeto. Ademais, apresentamos as

particularidades do público estudado, além de trazer um recorte documental sobre a temática.

Apresentamos, também, o Projeto “Elos com Elas”, descrevendo sua metodologia e estrutura, além de relacionar os aspectos que o possibilitaram tornar-se efetivo no atendimento às participantes do grupo.

Por fim, concluímos que, embora ainda existam desafios a serem superados, as Oficinas com Famílias PAIF são ferramentas poderosas de intervenção social, e as atividades propostas possuem condições de agregar ao público em tela a reflexão crítica de seu contexto, além de possibilitar o desenvolvimento de estratégias efetivas na superação de vulnerabilidades sociais.

AS OFICINAS PAIF COMO FERRAMENTA DE GARANTIA DE DIREITOS E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO EM GRUPOS DE MULHERES POR MEIO DO PROJETO “ELOS COM ELAS”

No Brasil, a Assistência Social apresenta uma trajetória de divergências a respeito dos seus objetivos fundamentais. Por muito tempo, ela se caracterizou por ações isoladas e descontinuadas, de caráter assistencialista e filantrópico, voltadas à benemerência a indivíduos segregados e marginalizados da sociedade.

Além disso, houve o protagonismo das primeiras-damas dentro da gestão de Assistência Social, que, além de legitimar o patriarcado e seus papéis de gênero, reforçou a ideia de que a assistência social era meramente um favor do Estado em prol das famílias em situação de vulnerabilidade (Praça, 2021).

Foi somente a partir da Constituição Federal, em 1988, que a Assistência Social passou a ser considerada política pública de direito, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e Saúde (Brasil, 1988, art. 203 e 204).

Diante disso, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, promulgada em 1993, traz novo percurso à Assistência Social, definindo-a como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, não contributiva, constituída por um

conjunto de ações de iniciativas do poder público e da sociedade, o qual tem por objetivo assegurar a garantia do atendimento às necessidades básicas dos usuários. (LOAS, art.1).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), a Assistência Social se define como política de proteção social que busca assegurar as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar; e compreende o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio do desenvolvimento de potencialidades e subjetividades coletivas.

A segurança do convívio ou da vivência familiar representa notável importância dentro da Política Pública de Assistência Social, observando-se que:

É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (NOB-SUAS, 2005, p.32).

Acrescenta-se, também, que é por meio da Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social que se configuram, hierarquicamente, as proteções sociais: especial e básica.

Assim sendo, é na Proteção Social Especial que são ofertados atendimentos a famílias e usuários em situação de risco pessoal e social, cujos direitos já foram violados, e também quando houve rompimento dos vínculos sociais e familiares.

Em contrapartida, a Proteção Social Básica é ofertada com o objetivo de prevenir situações de risco que um usuário possa vir a vivenciar, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Dessa maneira, é no CRAS que a população encontra a porta de entrada aos benefícios e serviços de Assistência Social: além de ofertar às famílias sua inscrição no Cadastro Único para programas sociais do governo, este equipamento dispõe de uma equipe composta por técnicos de nível superior (em sua maioria assistentes sociais e psicólogos) que garantem a execução do PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.

Isso posto, elucida-se que o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, cujo objetivo é o fortalecimento da função protetiva das famílias, a prevenção da ruptura de seus vínculos, a promoção do seu acesso e usufruto de direitos e a contribuição na melhoria de sua qualidade de vida (Brasil, 2009).

Além disso, o PAIF tem como propósito fundamental o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Brasil, 2009).

Quanto ao público atendido de forma prioritária nos CRAS, destacam-se as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza. A justificativa para isso, é o fato desta condição ser aspecto que potencializa a exposição das famílias a situações de vulnerabilidade e, de certa forma, limita as possibilidades para o seu enfrentamento, ainda que não seja fator determinante para tal.

Dentro do PAIF são desenvolvidas atividades tanto particularizadas quanto coletivas, podendo ser descritas como: acolhida (particularizada e/ou coletiva), ações comunitárias, atendimentos particularizados, encaminhamentos para outros serviços, e oficinas com famílias.

É nesse cenário que são pensadas as Oficinas com Famílias – PAIF, as quais, conforme o segundo volume das Orientações técnicas sobre o PAIF (2012):

Consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de

famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS (Brasil, Orientações técnicas sobre o PAIF. Vol. 2., p. 23).

Os objetivos destes encontros visam a contextualização das situações de vulnerabilidade e risco por meio da reflexão sobre direitos sociais, proporcionando aos usuários uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, pressupondo que cada indivíduo também é responsável pelos processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia diante de riscos e vulnerabilidades sociais (Brasil, 2012b).

Nesse caso, o Projeto “Elos com Elas” foi desenvolvido utilizando como metodologia a pedagogia problematizadora de Paulo Freire, a qual assume o ser humano como um caminho aberto de possibilidades e adota a ferramenta dialógica na fala, e sobretudo, na escuta. Tal metodologia ainda investiga o universo temático das famílias usuárias do PAIF, visando eleger temas geradores para serem trabalhados com elas; Ademais, centraliza o trabalho social com famílias em experiências estimuladoras de decisão, desde que sejam experiências respeitadas de liberdade, e, por fim, estimula a compreensão das famílias e de seus membros sobre sua presença no mundo, auxiliando-as a problematizá-la (Brasil, 2012b).

Utilizou-se, ainda, a referência teórica de Fadul e Afonso (2018), que consideram que as oficinas com famílias refletem a dimensão coletiva da atenção socioassistencial proposta pelo PAIF, pois fomentam a análise e a reflexão crítica sobre as situações que as famílias enfrentam em seus ambientes, além de abordar questões frequentemente enraizadas, naturalizadas e vistas de forma individual.

As autoras destacam que as oficinas permitem perceber que os desafios vivenciados por um indivíduo ou uma família não são exclusivos, sendo problemas que também afetam outras pessoas e outras famílias. Assim, ao compartilhar suas experiências, surgem alternativas para lidar com essas dificuldades.

Desse modo, ao esquematizar as estratégias de intervenção no trabalho social com famílias por meio de Oficinas com Famílias PAIF, considerou-se o contexto territorial, as semelhanças entre as situações vivenciadas pelas participantes, e, evidentemente, as diretrizes do SUAS.

As participantes convidadas para o projeto residem no território de abrangência do CRAS Canguru, e em sua maioria são mulheres em situação de vulnerabilidade social, chefes de família, mães solo, com vivências de situações de violência doméstica e de relacionamentos abusivos.

Entretanto, é importante ressaltar que a maioria delas também não possui consciência crítica a respeito de como o machismo está naturalizado em seu cotidiano, tanto que muitas delas reproduzem o discurso e comportamentos machistas automática e imperceptivelmente, sem avaliar as consequências disso.

Destarte, as oficinas foram estruturadas de acordo com o que preconiza o segundo volume das Orientações técnicas sobre o PAIF (2012): Encontros quinzenais, de formato aberto (que recebem novos integrantes a qualquer instante do processo de operacionalização da oficina), previamente planejados, com duração entre 60 e 120 minutos, com espaço físico adequado, e com temas pré-definidos, sendo todos voltados à perspectiva de gênero em diversos cenários.

Todos os encontros tiveram registros das informações de cada oficina, sistematizando as principais discussões e averiguando o cumprimento dos objetivos propostos junto às participantes, de acordo com as orientações técnicas (Brasil, 2012b). Além disso, ao final de cada encontro, foram realizadas avaliações sobre as atividades propostas.

Tais atividades se diversificaram entre: dinâmicas de grupo, construção coletiva de materiais expositivos e pedagógicos (painéis, cartilhas), rodas de conversa, exibição de imagens e vídeos ilustrativos para posterior discussão e reflexão, produção individual de obras artesanais temáticas, e outras.

Durante as avaliações das oficinas, que ocorreram ao final de cada encontro, as participantes puderam expor sua visão de como as atividades propostas viabilizaram novas estratégias de enfrentamento ante situações machistas e opressoras, situações estas que anteriormente eram naturalizadas em suas rotinas habituais.

As participantes puderam avaliar os encontros por meio de formulário anônimo, contendo assertivas de múltipla escolha sobre: a relevância do tema de cada oficina e os esclarecimentos realizados sobre ele pelas mediadoras do grupo; a acolhida e receptividade da equipe técnica responsável pelo projeto para com as participantes; a colaboração e respeito entre as integrantes do grupo durante as atividades; a adequação do espaço físico onde ocorreram os encontros; a atratividade das atividades realizadas e sua correlação com os temas propostos.

Apesar disso, muitas das mulheres participantes do projeto sentiram-se confiantes o suficiente durante as atividades e preferiram verbalizar suas avaliações por meio de depoimentos, ao final de cada encontro, e também por meio de mensagens no grupo de *whatsapp* do projeto.

As intervenções no trabalho social com estas mulheres, cujas histórias de vida se aproximam de tantas maneiras, e cujos desafios diários representam a face do que a sociedade patriarcal capitalista engendra sobre os corpos e mentes femininas, possibilitou reflexões críticas e abrangentes, e proporcionou uma visão mais nítida acerca do que o PAIF pode promover dentro de territórios periféricos e socialmente vulneráveis.

As intervenções realizadas no grupo tiveram como principal objetivo criar circunstâncias que questionam os estereótipos, facilitando o processo de mudança e fortalecendo o poder de gestão e decisão da mulher na construção da equidade de gênero.

Desta forma, é necessário contextualizar que a vulnerabilidade social e a feminização da pobreza são precursores dos obstáculos que vão na contramão

da independência de gênero. Esses fenômenos se apresentam como consequência da questão social, resultantes das desigualdades de gênero, onde a mulher é submetida a situações de dominação e exploração social, gerando fatores limitantes e de risco para seu desenvolvimento psicológico e social (Souza *et. al*, 2020).

O primeiro obstáculo à efetividade das intervenções consiste em uma fragilidade deste público devido a sua exposição a processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciam contextos de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (PNAS, 2004).

As limitações na emancipação feminina que a vulnerabilidade social impõe sobre este público foi um dos temas trabalhados na oficina. A partir desta reflexão, foi possível demonstrar às mulheres o grande desequilíbrio existente no país, uma vez que a maior parte da população vive em situação de precariedade e exclusão causado pela desigualdade social.

Soma-se isso ao fato de que a mulher é mais afetada na sociedade contemporânea e patriarcal, estando exposta a riscos inerentes à insegurança, além de ficar responsável pela tarefa de atenção e proteção aos membros da família. Esse contexto também contribui para que elas se tornem mais vulneráveis à pobreza e dificulta seu acesso à escolarização, bem como a melhores postos de trabalho (Souza *et. al*, 2020).

Torna-se imprescindível observar que, embora sejam a maioria na sociedade³, as mulheres enfrentam grande estigma social perpetuado pelo machismo estrutural existente há séculos. Isso posto, romper com esse fator seria uma das principais estratégias para garantia da equidade de gênero e o empoderamento feminino.

³ Fonte: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo – Resultados do universo – IBGE.

As atividades propostas sobre o fenômeno da feminização da pobreza (conceito elaborado pela socióloga Diane Pearce em 1978, nos EUA), proporcionaram às participantes a reflexão e a sua própria identificação com esta problemática. Isso foi possível, considerando que todas elas apresentam histórico de vida semelhante, ou seja: são mulheres pobres com filhos para sustentar, que se veem obrigadas a trabalhar formal ou informalmente por salários inferiores aos masculinos. Estas mulheres necessitam entrar no mercado de trabalho, gerando uma sobrecarga, pois além da provisão do lar, ela precisa conciliar com os cuidados com a casa e os filhos.

A problemática vivida por essas mulheres e suas famílias, na maioria das vezes são resultados da realidade do território em que estão inseridas, ou seja, há ainda um longo caminho para que as disparidades de gênero deixem de existir. Embora elas se reconheçam neste contexto, consigam identificar quais os maiores empecilhos para sua superação e estabeleçam uma rede de apoio bem estruturada, o sistema patriarcal e capitalista ainda atua de forma intransigente, permitindo pouca ou nenhuma superação de vulnerabilidades.

Ademais, a mulher em situação de vulnerabilidade social é mais suscetível às situações de risco e violência. Sobre isso, Sen (2001 apud Souza *et. al*, 2020, p. 57) argumenta que:

A forma como as mulheres experimentam a pobreza é diferente da dos homens. Sen (2001) traz sete exemplos de desigualdade entre homens e mulheres em um rol não taxativo: desigualdade na mortalidade, na natalidade, das facilidades básicas, desigualdade nas oportunidades, desigualdade profissional, desigualdade na propriedade e desigualdade no lar.

Assim, intervir em um grupo de mulheres buscando o seu empoderamento e emancipação significa trazer à luz também as lutas de classe social, tomando o cuidado de não partir de um viés que disciplina e moraliza a família que se encontra em vulnerabilidade social, mas sim buscar seu fortalecimento, respeitando sua individualidade e tradições, independentemente de sua situação (Moreira; Souza, 2013).

Destarte, o grupo pode ser transformado por meio de metodologias participativas, porém, antes de se iniciar o processo, é preciso se atentar às demandas e especificidades de cada público atendido:

No trabalho com grupos, dentro do território, parte-se da análise de uma demanda existente: o que é uma questão para o grupo, para qual grupo, por que e em que direção se produzir mudanças? Proceder-se a um diagnóstico participativo da realidade vivida e a análise dos seus elementos críticos para se considerar as diferentes possibilidades e estratégias de mudança. São então definidos os objetivos prioritários enquanto se busca construir contextos de participação e de autonomia (como um processo contínuo) (Fadul; Afonso, 2018, p. 85).

Conforme supracitado, o contexto histórico da família não pode ser desconsiderado, tampouco negligenciado. Além disso, uma das maiores dificuldades do trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade, que também foi percebido durante as oficinas do projeto “Elos com Elas”, é a crença fatalista que impera nas famílias:

(...) faz-se presente em suas vidas, um fatalismo, uma rede de crenças e de representações sociais que promovem uma naturalização das relações de dominação e exploração, fazendo com que as mesmas aprendam, através do seu cotidiano, qual é seu lugar social e que seus esforços, provavelmente, não produzirão transformações efetivas em suas vidas e na sociedade (Rosa; Souza, 2016, p. 79).

Outro empecilho à emancipação, empoderamento e à superação das vulnerabilidades dos usuários, é o sucateamento dos equipamentos públicos, a falta de recursos materiais e humanos, a sobrecarga de trabalho que os servidores precisam lidar diariamente e a precarização do trabalho, que dificulta e possui capacidade de agravar as situações de vulnerabilidade já vivenciadas pela população atendida.

Diversos elementos contribuem para a deterioração das condições laborais, incluindo salários baixos, ausência de infraestrutura adequada e materiais necessários para o atendimento aos usuários, alta rotatividade entre os profissionais, carência de recursos humanos qualificados e em número suficiente, falta de capacitação contínua, insegurança no ambiente de trabalho, exigências de produtividade, além da informatização das atividades. Embora essa modernização possa facilitar algumas tarefas, também acarreta um aumento da

velocidade no desempenho destas, tornando-as cada vez mais mecânicas e burocráticas, em razão da intensa necessidade de preencher formulários (Paz, 2015).

É fundamental apontar, porém, que nenhuma abordagem será capaz de fomentar a autonomia e o protagonismo das famílias sem que haja condições adequadas ao seu redor que sustentem esse processo. A construção de uma rede socioassistencial apropriada e eficiente é indispensável para a implementação eficaz da proteção social nos municípios.

Isso posto, é essencial que haja investimento na construção e adaptação das redes já existentes para atender às demandas e necessidades das famílias nas comunidades de modo que a realização dos objetivos e dos princípios da política se torne viável.

Sendo assim, o “Elos com Elas” partiu da necessidade de se dialogar sobre o empoderamento e a emancipação feminina, buscando que estas mulheres, com acesso tão restrito aos direitos mais básicos, pudessem construir uma reflexão crítica de sua realidade, e transformá-la a ponto de superar as vulnerabilidades sociais impostas pela sociedade machista.

A despeito disso, para este projeto específico, as autoras utilizaram a abordagem da Pedagogia Problematicadora de Paulo Freire, que considera que o processo de criação e recriação do ser humano é constante e, além disso:

Outro pressuposto da pedagogia da problematização é o constante ato de desvelamento da realidade, mediado por diálogo, que reconhece homens e mulheres como seres históricos e, por isso, capazes de lutar contra a acomodação ao mundo da opressão. (Brasil, 2012b, p. 98).

Desse modo, as atividades destas Oficinas PAIF foram desenvolvidas observando uma dinâmica democrática, participativa e reflexiva, sem enaltecer a figura dos técnicos mediadores como fonte única detentora de conhecimentos. Pelo contrário: todas as participantes são estimuladas a compartilhar seus saberes e suas experiências, favorecendo o fortalecimento de vínculos entre elas.

No grupo que foi objeto desse estudo há maior incidência de mulheres que: administram sozinhas suas famílias; muitas vezes são vítimas de violência doméstica; frequentemente se encontram em situação de vulnerabilidade social; nunca questionaram ou sequer possuem percepção acerca da importância do feminismo e do quanto a sociedade patriarcal é opressora e as mantêm em situação de risco e impotência.

As principais atividades realizadas com o grupo foram as rodas de conversa, além de diversas dinâmicas e exposições sobre temas que variaram desde os mais generalistas até os mais polêmicos. Na maioria das atividades realizadas, observou-se que algumas participantes inicialmente apresentaram dificuldades na compreensão de conceitos novos, além de manifestarem, em alguns casos, preconceitos sobre os temas.

No entanto, com a discussão e reflexão sobre os temas centrais de cada encontro foi possível a construção de novos saberes, promovendo a autonomia das participantes, que, além de ser um dos objetivos centrais do PAIF, é interpretada por Paulo Freire (1997) como algo constituído na experiência de inúmeras decisões tomadas no decorrer de cada existência.

As Oficinas do projeto “Elos com Elas” foram orientadas nesse mesmo sentido: as atividades propostas buscaram provocar e convidar as participantes à percepção e à reflexão de que a realidade de cada uma é resultado não somente de suas escolhas, mas de um contexto histórico e social em que estão inseridas. Do mesmo modo, esta realidade não é imutável, e cada uma possui responsabilidade e a autonomia para transformá-la de acordo com sua necessidade.

Sendo assim, as atividades propostas fomentaram a discussão da perspectiva de gênero nos mais diversos cenários, de forma que as participantes pudessem reconhecer situações vivenciadas por elas, e expusessem suas experiências como forma de agregar ao conhecimento adquirido e construir um novo, mais amplo e mais condizente com as realidades das participantes.

As temáticas trabalhadas nas oficinas abrangeram desde a apresentação do conceito legítimo de feminismo, evidenciando o contexto histórico da luta feminista desde sua primeira onda, até chegar nos dias atuais, onde a maior parte da população é composta por mulheres, entretanto esta mesma população ainda se encontra submissa e oprimida pelo patriarcado.

Mesmo compreendendo que as lutas da pauta feminista são muitas, e buscam viabilizar a igualdade dos direitos civis entre homens e mulheres, ao abordar estas informações com o grupo, foi possível observar que nem todas as participantes conseguiam identificar quais são as conquistas do movimento feminista, e, em muitos casos, tampouco compreendiam o legítimo conceito do feminismo.

O discurso reproduzido pela maioria delas foi a naturalização do machismo e do lugar de subserviência da mulher em praticamente todos os cenários discutidos: nos relacionamentos amorosos, nos vínculos familiares, nos ambientes de trabalho e na sociedade como um todo.

Observa-se que este discurso também é consequência do contexto social em que vivem as mulheres do grupo, onde as religiões mais conservadoras exercem maior controle nos comportamentos sociais. Conforme Almeida (2022),

Uma religião que propaga leis e lições que influenciam a desvalorização das mulheres, lhes tornando inferiores frente aos homens, acaba incitando os homens a terem ações de maneira inconsciente contra as mulheres, se entregando à uma atuação dominante (Almeida, 2022, p. 32).

Do mesmo modo, nenhuma das mulheres do grupo conhecia o conceito de sororidade, e quando o mesmo foi apresentado pelas mediadoras das oficinas, muitas revelaram dificuldade de compreendê-lo. Constatou-se que ainda prevaleceu a ideia de competitividade entre as mulheres ao invés da sororidade. Sobre isso, Zanello (2018) explica que:

(...) as mulheres se subjetivam na relação umas com as outras por meio da rivalidade. Trata-se de 'ser escolhida', quero ser o objeto mais brilhante, mais reluzente, ou apagar o brilho alheio. (...) Ser escolhida

é sempre um valor relacional, ou seja, produzido na comparação com outras mulheres disponíveis também nessa prateleira simbólica (Zanello, 2018, p.89).

Além disso, não há o reconhecimento da interseccionalidade do feminismo, dessa forma todas as participantes consideraram que o papel que a mulher representa na sociedade, sua desvalorização e opressão ocorrem indiscriminadamente, atingindo todos os grupos da mesma maneira.

Por outro lado, a partir das reflexões suscitadas pelos temas, observou-se que o grupo foi capaz de construir novas ideias e estratégias de enfrentamento ao machismo. Por exemplo, muitas mulheres que participaram do grupo já compreendem a divisão sexual do trabalho e não a reproduzem em suas vivências. Aquelas que possuem maior dificuldade de se impor ante à sobrecarga do trabalho doméstico foram incentivadas ao posicionamento para que sejam devidamente respeitadas.

As atividades ofertadas pelas Oficinas PAIF – Elos com Elas puderam, ainda, construir e fortalecer o vínculo comunitário entre as participantes, criando um grupo com autonomia, que busca os mesmos objetivos: a superação da vulnerabilidade social e a emancipação feminina.

AS OFICINAS PAIF DO PROJETO “ELOS COM ELAS” COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO

Foi importante verificar, durante a execução das Oficinas do Projeto “Elos com Elas”, que a Proteção Social Básica é capaz de oferecer serviços de excelência, que promovem a superação da vulnerabilidade social da população usuária e busca trazer a reflexão crítica aos grupos que participam dos serviços ofertados pelo PAIF.

As dificuldades enfrentadas, tais como falta de recursos materiais e humanos, além da ampla demanda de serviços na unidade onde as oficinas foram ministradas, não se sobrepõem à evolução positiva do serviço no contexto social do grupo.

A metodologia dialógica de Freire facilitou o desenvolvimento de um ambiente propício à reflexão crítica e a autonomia das participantes, haja vista que, embora com dificuldades na assimilação total dos conceitos apresentados, as mulheres do grupo conseguiram identificar-se com o conteúdo transmitido, elaborando para si mesmas novos esquemas de resposta para combater o machismo.

Além disso, por meio do compartilhamento de experiências próprias (tanto nas vivências negativas quanto nas proposições exitosas no enfrentamento à opressão machista), as participantes fortaleceram seus vínculos, exercitaram a sororidade e a empatia, de modo que o grupo se tornou mais unido e acolhedor com as novas participantes que ingressaram a cada encontro.

Todos os temas trabalhados nas oficinas trouxeram uma nova forma de pensamento sobre o contexto social de cada participante e conseguiram superar muitas formas de preconceito, entre eles o de gênero.

É necessário explanar, entretanto, que ainda há muita dificuldade na superação do preconceito com os diversos conceitos trazidos se considerarmos que a grande parte das participantes pertence à religiões conservadoras. Neste caso, observou-se certo avanço apenas quanto aos temas mais generalistas. Faz-se mister salientar, ainda, que as oficinas do projeto “Elos com Elas” não tiveram como objetivo mudar a forma de pensamento, tampouco a religião das participantes, pelo contrário: cada fala foi ouvida e agregada às discussões democraticamente, conforme a metodologia de Freire.

As Oficinas PAIF do Projeto “Elos com Elas” possibilitaram, também, a construção de uma rede de apoio comunitário, por meio de atividades que as esclareceram sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis no território que elas podem acessar para garanti-los.

Sobretudo, cumpriu-se o objetivo de promover o empoderamento feminino, e propiciar que as participantes se tornem multiplicadoras de

conhecimento, contribuindo para a autonomia das mulheres do território e para o desenvolvimento de sua autoestima.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio, Aparecido, de. *A influência da religião nos casos de violência de gênero e violação dos direitos das mulheres*. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). *Violência e Gênero: Análises, perspectivas e desafios*. Ed. 1, São Paulo: Editora Científica Digital, 2022. p. 21-37.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 03/01/2025.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. "Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social"* – NOB/SUAS - Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *"Orientações técnicas sobre o PAIF: o Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF"*. Brasília: CNAS, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *"Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB-SUAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome"*, Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *"Orientações técnicas sobre o PAIF (vol. 2): trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF"*. Brasília: MDS. 2012b.

CAVALCANTI, Luana. et al.. *Direitos das mulheres e proteção social básica: fortalecimento da luta contra a violência*. E-book IV CONIDIH / 2ª Edição 2019... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 276-291. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65081>>. Acesso em: 24/01/2025.

FADUL, Fabiana. Meijon, & AFONSO, Maria Lúcia Miranda. *Os sentidos da participação, cidadania e territórios: um diálogo com as metodologias participativas no PAIF*. In: PSI UNISC, 2(1), 76-89, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v2i2.9839>. Acesso em 03/01/2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MOREIRA, Dirceia, SOUZA, Cristiane Gonçalves de. *Empoderamento: possibilidades da prática profissional no CRAS em Ponta Grossa-PR*. Revista Capital Científico, vol 11, n.2, mai/ago. UNICENTRO, 2012.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. *A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social*. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-11.

PRAÇA, Patrocina Maria Oliveira. *A relação do primeiro-damismo e a assistência social: uma análise crítica dos primórdios até sua permanência na atualidade*. X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021.

ROSA, Ana Paula Galvão; SOUZA, Marilza.Terezinha Soares de. *Limites e Possibilidades das Oficinas com Famílias no CRAS*. In: Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano, Taubaté, SP. 2016, p. 79.

SOUZA, Virginia. de; PENTEADO, Camila.; NASCIMENTO, Rafaelly do; RAIHER, Augusta. Pelinski. *A feminização da pobreza no brasil e seus determinantes*. In: *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 53–72, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710> Acesso em: 01/01/2025.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba, PR: Appris, 2018.